

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS EM TEXTOS QUINHENTISTAS PORTUGUESES

Sônia Bastos Borba Costa

RESUMO: Com o intuito de contribuir com levantamento de dados concretos e confiáveis sobre a questão dos empréstimos lingüísticos na constituição do léxico da língua portuguesa, o trabalho comenta pontos de vista de autores que refletem sobre esse acervo, enfocando os considerados arcaísmos e neologismos, nesses incluídos os empréstimos. Com breves referências a autores de outras épocas, destacam-se as abordagens da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), da obra pedagógica de João de Barros (1540), primeiros gramáticos da língua, e do *Dialogo em defensão da lingua portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo (1574), lídimos representantes, em Portugal, do pensamento sobre a questão, no período histórico focado.

Palavras-chave: Diacronia do Português, Século XVI, Neologismos, Arcaísmos, Empréstimos.

[...]assi que é trabalhoso e pouco certo querer saber
os nacimentos particulares das dições.

(Fernão de Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa*, p. 121)

[...] se quiséssemos buscár o fundamento e raiz donde
veéram os nóssos vocábulos, seria ir buscár as fontes do Nilo.

(João de Barros. *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 298)

Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991, p. 27), em sua obra já clássica para os estudos da teoria da gramaticalização, apresentam os principais processos que, a seu ver, permitem o surgimento de novos itens lingüísticos em

* Universidade Federal da Bahia / Grupo PROHPOR.

qualquer língua. Quanto aos itens lexicais, os processos, aqui apresentados de forma aproximada e sem obedecer à sua ordem, seriam:

- a) pura invenção, isto é, criação de combinações arbitrárias de sons;
- b) criação de onomatopéias, ou seja, uso de combinações motivadas de sons;
- c) composição e derivação a partir de formas lexicais e gramaticais já existentes na língua;
- d) extensão de uso de formas já existentes, para a expressão de novos conceitos, através de estratégias como transferência analógica, metonímia, metáfora e semelhantes;
- e) adoção de empréstimos de outros dialetos ou línguas.

Provavelmente haverá outros processos ou novas combinações desses, além de todos os processos morfofônicos ou morfosintáticos decorrentes dos vários graus de integração de empréstimos à estrutura da língua receptora. Esses processos respondem ao *como* se formam novas palavras, mas não ao *porquê*, e nem era essa a intenção dos autores citados.

Como todos sabemos, em decorrência do Projeto de Lei n. 1676/1999, de autoria do então deputado federal Aldo Rebelo, a questão dos estrangeirismos foi objeto de muita atenção no Brasil, nos três anos anteriores, em decorrência de que foi reavivada a questão de *dever-se* ou não aceitar empréstimos de línguas estrangeiras. É evidente que não se poderia esperar de cidadãos, em geral, nem mesmo de propositores de projetos de lei, que se colocassem a questão do *como*, já que isso cabe aos lingüistas. Mas seria de se esperar que, antes de pretender legislar, ou seja, antes de tratar o aspecto da permissão ou interdição, propusessem-se a compreender o *porquê*.

A questão tem sido ideologizada e isso é bom, é claro; não somos ingênuos para imaginar que a ideologia, característica inerente a qualquer ação em sociedade, possa vir *a posteriori*. Mas, em que pese o recente interesse dos colegas, concretizado em muitas boas publicações sobre o tema, ainda sentimos uma prejudicial ca-

rência de dados concretos, se possível datados, sobre os quais e a partir dos quais embasar a reflexão ideológica.

É no sentido da explicitação de dados concretos que propomos essa vertente para o tratamento da questão: o que nos dizem, implícita ou explicitamente, aqueles que produziram textos ou que neles refletiram sobre a língua portuguesa, acerca do tema dos empréstimos lingüísticos? Que critérios nortearam, por exemplo, a seleção de empréstimos prestigiados e desprestigiados? Como se posicionaram quanto à questão dos neologismos, em geral? E, como contraponto, quais as posturas evidenciadas sobre a questão dos arcaísmos?

Naturalmente que, em âmbito de estudos de língua, soa demasiado reafirmar o convencimento de que os neologismos (incluindo os empréstimos) e os arcaísmos são, em si mesmos, naturais, legítimos, enriquecedores. Lembramos, por exemplo, casos em que a palavra estrangeira preenche, sem agressão, um vazio, visto que não temos (ou não tínhamos) a palavra correspondente, caso, parece-nos, de *know-how*, *sanduíche* ou *surf*. Mas acreditamos que a reflexão sobre o que significa a valorização ou a rejeição das palavras tidas como “novas” ou “velhas”, “legítimas” ou não, interesse não apenas aos lingüistas, como aos estudiosos da cultura em geral, dado o peso do seu valor simbólico para o imaginário sociocultural. Afinal, como lembra Fiorin (2001, p.101):

[...] uma língua não é um mero instrumento de comunicação, mas tem funções simbólicas muito importantes no seio de uma sociedade. É vista, por exemplo, como fator de unidade nacional, como ponta de lança da invasão cultural etc. Uma política lingüística diz respeito muito mais às funções simbólicas da língua do que a suas funções comunicativas.

Ou, como diz Lucchesi (2001, p. 2):

[...] a prática lingüística é uma prática política; e as ideologias se constroem, ou se combatem, também através da língua. Com base nos conceitos de hegemonia e de guerra de posição desenvolvidos pelo teórico italiano Antonio Gramsci, podemos ver a língua como um dos campos de batalha na luta contra a hegemonia de uma classe dominante, num pro-

cesso que pode ser denominado de construção de uma contra-hegemonia. Se uma classe usa a língua para legitimar a sua dominação, naturalizando e universalizando a sua visão de mundo e os seus interesses particulares, é válido que os segmentos dominados também tomem a língua como uma frente de luta contra essa dominação, contra a hegemonia ideológica dessa classe.

É oportuno destacar quão natural é considerar-se o léxico objeto privilegiado de atenção, já que, ainda com Fiorin (2001, p.116), para o leigo, o léxico é a língua, porque é “reflexo de vida sócio-econômico-cultural de um povo e, portanto, contém a cristalização de sua vida material e espiritual”.

Retomando a velha e eterna problemática da alteridade, caber-nos-ia, a esse respeito, refletir sobre a tensão entre o conhecido (a ordem) e o desconhecido (a desordem); ou sobre a tensão entre segurança e vulnerabilidade, que, provinda do indivíduo em si, contamina o seu instrumento maior de comunicação. O outro, nosso espelho, nosso inferno, nosso dominador ou dominado, exerce, também quando lingüístico, ao mesmo tempo, fascínio e medo, desejo e rejeição. Essa parece ser, em essência, a questão, que, aplicada ao tema sob foco, poderia provocar indagações como: doar ou tomar empréstimos lingüísticos é legítimo? É subserviência? Saque? É globalização, neo-imperialismo? Motivo de orgulho ou de humilhação?

Nossa curiosidade tem-se voltado para a postura adotada pelo produtor de textos em língua portuguesa acerca desse tema. Julgamos que poderíamos apresentar uma contribuição, levantando dados pertinentes (e sobre eles tentando uma leitura interpretativa) de escritores portugueses do século XVI, testemunhas de uma época que, defrontando-se com a alteridade representada pelas descobertas ultramarinas, confrontava, de contínuo, essa questão.

Aos estudiosos da língua portuguesa interessam naturalmente questões como: Quais as línguas que concederam empréstimos ao português e quais aquelas às quais o português os concedeu? Pode-se detectar algum tratamento mórfico, fônico, sintático ou

semântico mais comumente aplicado a cada conjunto de empréstimos? Como os que se ocuparam da língua portuguesa (gramáticos, diacronistas, historiadores, etimologistas), nas diversas épocas, encararam a questão, ou seja, qual a sua postura ideológica diante dos chamados estrangeirismos?

A bibliografia lingüística, incluindo-se a abordagem da tradição gramatical, tem enfatizado os mecanismos, ou seja, as maneiras como se criam ou se adotam novas palavras – neologismos – neles incluídos os empréstimos, abordando as fontes e os processos formadores, morfossintáticos ou semânticos. Alguns dos autores que tratam o tema enfocam a finalidade, o *para quê*: necessidade de denominações inovadoras, consolidação de particularidades identitárias, por exemplo. Poucos se indagam sobre as causas, as motivações, o *porquê*. Muitos, contudo, pronunciam-se sobre a conveniência ou não da introdução de novas palavras, ou seja, sobre o *dever-se* ou não criar neologismos (dentre os quais se inclui a adoção de empréstimos), revelando posturas de aceitação ou até de valorização, por um lado, ou posturas de estranhamento, despreço e até rejeição, por outro. Menos freqüente é a manifestação sobre o uso de arcaísmos, ou seja, palavras consideradas “velhas” pelas normas de prestígio mais difundidas.

Assim, buscamos ler os autores selecionados, com olhos de ver essa questão, ou seja, buscamos vê-los como pessoas que refletiram sobre a língua que falavam, que a privilegiaram como objeto de reflexão, como campo sobre o qual exerceram escolhas.

Ressalte-se que, para a época que escolhemos, a questão dos empréstimos incluía vivamente a contribuição do latim e do grego. Afinal, como lembra Verdelho (2001, p. 76):

O português reencontrou no latim, depois de um longo percurso de 10 séculos de deriva, uma parceria que lhe permitiu instituir-se como língua escrita. Tomou do latim as letras do alfabeto, e depois toda a elaboração metalingüística, as abstrações, as categorias, a concepção e o reconhecimento das unidades e do funcionamento da língua. Tomou também do latim e do grego toda a verbalização do pensamento técnico e paracientífico: os universos da filosofia e dos sistemas de compreensão do mundo,

BORBA COSTA, Sônia Bastos. Empréstimos lingüísticos em textos quinhentistas portugueses.

formulados pelos gregos e pela escolástica; os termos próprios da medicina, do direito, das artes discursivas e das artes mecânicas.

Após essas considerações iniciais, passamos aos dados que recolhemos, a partir de levantamento no texto da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, de 1536; nos textos da *Gramática da Língua Portuguesa* e do *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, de 1540; e no texto do *Dialogo em Defensão da Língua Portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo, de 1574.

A GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Para compreender a postura de Fernão de Oliveira, reconhecido como o primeiro a fazer uma gramática da língua portuguesa, justamente considerada como descritiva, parece-nos produtivo atentar inicialmente para a sua classificação das palavras quanto à origem. Para ele as *dições* podem ser: *nossas*, *alheias* ou *comuns*. As *nossas* são as que “naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora” (TORRES E ASSUNÇÃO, 2000, p. 119), nelas incluídas as de origem latina. Dessas, cita como exemplos castiçal, janela, panela (p. 118); as *alheias* são as que “doutras línguas trazemos à nossa por algũa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghua novamente trazida à terra” (p. 121). Dessas, cita filosofo, grammatica (p. 108), ditongo, acento, picote, alquicé (p. 118), e nelas inclui as “novas” (por serem também novas na língua de origem), que exemplifica com **peita** e **arcabuz** (p. 121). Sobre as novas diz ainda que (p. 122):

[...] chamar-lhe-emos alheas em quanto forem muito novas, de tal feição que não possamos negar seu nacimiento. E despois, pelo tempo adiante conformando-as connosco, chamar-lhe-emos nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns, de que logo falaremos.

De fato, as *dições* novas, ou seja, os neologismos, são “aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos” (p. 129). “Fingir novamente ou de todo” significa nomear de maneira inédita, como se pode ver do trecho (p. 129-30):

Filol. lingüíst. port., n. 6, p. 297-315, 2004.

[...] para o que tiveram licença os premeiros homens quando premeiro nomearam *toalha* e *guardanapo*, e quando dixeram *chorar*, *cheirar*, *espantar* e outros muitos que não são tirados de nenhua parte. Nós já'gora, para fazer vocabolos de todo assi como digo, não temos mui franca licença: mas porém se achassemos hua cousa nova em nossa terra, bem lhe podiamos dar nome novo buscando e fingindo voz nova [...].

Cita como exemplos de dições novas: *bombarda* (p. 130), e, mais especificamente como estrangeirismos, *orivez*, *Çafi*, *guadameci*, *Calecu*, *Peru*, *Cegu* (p. 143) e *Artur* (p. 144), como se vê, incluindo alguns onomásticos. Até a representação do riso lhe merece atenção, quando observa que Gil Vicente não parece representá-lo adequadamente (p. 98):

[...] mas antre nós eu não vejo alghua vogal aspirada, se não é nestas interjeições *uha* e *aha* e nestoutras de riso *ha-ha*, *he*, ainda que não me parece ese bo riso português, posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus Autos.

As dições comuns são as que “em muitas línguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hua língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram [...]” (p. 123). Cita como exemplos *mesa*, *çapato* (p. 118) e também *alfaiate*, *almoxarife*, *alguidar*, *almocreve* (p. 123), dando a entender que, embora se admita para essas a origem “mourisca”, já se fizeram “nossas”.

Observe-se que há uma compreensão mais ou menos velada de que nunca se pode ter certeza da natureza autóctone de uma palavra. Embora pareça encarar com naturalidade o recurso aos estrangeirismos, visto afirmar que “das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas” (p. 83) e, portanto, o “costume novo traz à terra novos vocábulos” (TORRES E ASSUNÇÃO, 2000, p. 121), insinua-se um quase temor às palavras alheias, que está explicitado no intermédio textual entre essas duas citações, no seguinte trecho, em que fica patente a sua angústia ante a vulnerabilidade do português em relação aos empréstimos já historicamente incorporados (p. 120):

Pois se alguém me dixer que podemos dizer como temos muitos vocabolos latinos e que isto alcançam os homens doutos que sabem língua latina [...], e não só latinos, mas gregos, arabigos, castelhanos, franceses e toda quanta outra immundicia poderem ajuntar, preguntar-lhe-ei então que nos fica a nós ou se temos de nosso alghua coisa. E os nossos homens, pois são mais antigos que os latinos, nessa conversação que tiveram com os latinos porque também não ensinariam? Porque seriam em tudo e sempre ensinados?

Eu não quero ter tão baixo espírito e cuidar que devo tudo.

Curioso nessa citação, parece-nos, é sobretudo o conceito de “nossos homens”, “mais antigos que os latinos”, que, segundo ele, tinham o que ensinar a esses. A que línguas preexistentes, faladas por esses homens, mais legítimas que o latim quanto à procedência lexical, estaria se referindo o nosso gramático?

O contato lingüístico e o possível fascínio que as línguas estrangeiras podem exercer são, de fato, objeto de preocupação por parte de Fernão de Oliveira. Para ele, devemos precaver-nos contra o uso de outras línguas, porque “cortam a perpetuidade delle [do nosso reino] os que de novo trazem nova língua à terra, porque a língua e a unidade della é mui certo apellido do reino, do senhor e da irmandade dos vassalos” (p. 123).

Alerta, ainda, que devemos agir em relação às palavras de empréstimo com critério, ou seja, escrevê-las “com as nossas letras”, a não ser quando ainda forem tão novas que seja necessário pronunciá-las “com a melodia do seu nascimento” (p. 108). E devemos respeitar a nossa língua e não fazer como os que, ao chegarem a Toledo, logo se esquecem da sua terra e “em vez de apurarem sua língua, corrompem-na com emprestinhos [...]” (p. 90). Ainda relativamente a estrangeirismos, é curiosa a sua opinião sobre o uso da expressão *el-rei*, recriminando o uso do artigo “castelhano”, pleiteando que o rei português tenha “nome próprio e destinto por si”, mais conforme ao “natural de nossa língua” (p. 142-3).

Fernão de Oliveira, como se vê, inclui a questão dos empréstimos no tópico mais amplo dos neologismos, quer já incorporados, quer não. No que diz respeito à legitimidade das palavras,

aliás, tanto as *dições* novas quanto as velhas causam-lhe cuidado e receio. No capítulo referente às *dições* velhas, afirma, pitorescamente, que (p.128-9):

Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes envelheçam e as velhas alghũa hora pareçam mal, porque também envelhecem os homens cujas vozes ellas são. E isto é verdade que a fremosa menenice depois de velha não é para ver. E assi como os olhos se ofendem vendo as figuras que a elles não contentam, assi as orelhas não consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume. E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens.

E, pouco mais adiante, diz (p. 129): “A limitação ou regra será esta pella maior parte: que das *dições* velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte”.

Há farta exemplificação de *dições* velhas, esparsa pela sua gramática. Cita alguns arcaísmos fonéticos, como **grorea** e **froles** (p. 118); **pã**, **cã** e **abém**, “amém” (p. 147). Há antropônimos que julga “esquecidos” – **Egas**, **Sancho** e **Dinis** (p. 128). Cita ainda arcaísmos lexicais: **cicais** (p. 118); **capa-pelle**, “uma certa vestidura”; **ruão**, “cidadão”; **compengar**, “comer o pão com a outra vianda”; **nemichalda**, “nemigalha”; **a carão**, “junto”, “a par”; **samicas**, “porventura” (p. 128); **prestesmente**, **raramente**, **comprimento**, **afeiçoamento** (p. 140); **ajuso**, “em baixo”; **acajuso**, “cá em baixo”; **assuso**, “acima”; **hogano**, “este ano”; **algorrém**, “alguma coisa” (p. 129).

Deveras interessante é a sua postura em relação à questão da alteridade lingüística: os grandes *outros* lingüísticos para Fernão de Oliveira são o latim e as línguas dos povos dominados pela expansão portuguesa. Para ele, por um lado, é necessário libertar-se do jugo lingüístico clássico e, por outro, é preciso submeter as nações conquistadas ao jugo lingüístico do português: “tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que

ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma” (p. 86). Fica também evidenciada a sua postura contra a submissão ao latim neste trecho: “Mas nós somos tão grandes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias” (p. 102). Para o exercício da dominação, não falta ao português, para ele, o requisito essencial, a saber, a sua “excelência”, concretizada nas virtudes de síntese, clareza e acessibilidade: “E assi como a nossa língua faz tudo quanto essoutras [latim e grego] com mais brevidade e facilidade e clareza, assi também é mais de louvar sua perfeição” (p. 150).

OS TEXTOS DE JOÃO DE BARROS

Podem-se pinçar na *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, o segundo gramático reconhecido da língua portuguesa, normativista, trechos raros e esparsos que abordam a questão dos arcaísmos e neologismos – nesses incluídos os estrangeirismos, retomada no seu *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*.

Barros parece-nos menos libertário que Oliveira. Por exemplo, o que, para Oliveira, representa o que chamaríamos incômodo jugo clássico é, para Barros, grande vantagem. Afinal, para ele, o grande mérito da língua portuguesa é a sua proximidade com o latim, como se pode ver do seguinte trecho do DLNL (BUESCU, 1971, p. 397):

Que se póde desejar na língua portuguesa que ela [não] tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos, feitos em louvor da nossa pátria, se póde ver quanta tem, porque assi sam portugueses, que os entende o português, e sam latinos, que os nam estranhará quem souber a língua latina.

Esse seu ponto de vista, contudo, não deve ser confundido com tolerância para com aqueles que pretendem descaracterizar o português, como, por exemplo, os que abusam da sintaxe alatinada, recriminados, no capítulo da sua gramática “Das figuras”, em que trata os “vícios” (p. 363):

Cacosínteton quér dizer má composicám, a qual cometemos quando, per maneira de elegância, alguém ordena a linguágem segundo o latim jáz,

Filol. lingüíst. port., n. 6, p. 297-315, 2004.

como ua óraçam a qual eu vi tiráda em linguágem per um leterádo que se prezava de eloquente...

Também não há tolerância com aqueles que defendem o ensino do português a partir da gramática latina, explicitamente condenados (p. 406):

P<Ál> – Eu quero confirmár essa tua verdáde, com testemunho dô que já vi em alguas escólas da gramática latina. Por os mestres nam saberem as régras da nóssa, lhe[s] éra tam dificultoso achár as matérias da latina, que tinham cartipáçios de latins em linguágem, por onde ôs davam aos moços, como frácos prégadores, sermonários pera todo o ano.

Quanto aos estrangeirismos, reconhece com naturalidade a via de mão dupla do contato lingüístico, quando admite que o português possui no seu léxico empréstimos “latinos, arávigos e outros de diversas nações que conquistamos e com quem tivemos comércio – assi como eles tem outros de nós” (BUESCU, 1971, p. 298). Refere-se também a empréstimos quando, ao tratar o “vício” do “barbarismo”, condena a má pronúncia de termos estrangeiros. Assim se vê do trecho a seguir, em que há, inclusive, referência ao Brasil (p. 357):

E em nenhũa parte da terra se cométe mais ésta figura da pronunçiaçám que nestes reinos, por cáusa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nóssso serviço. Porque, bem como os Gregos e Roma [h]aviam por bárbaras todalas outras nações estranhas a eles, por nam poderem formar sua linguagem, assi nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando querem imitar a nossa.

Confessa-se, contudo, “receoso de novidades” (BUESCU, 1971, p. 384). Talvez por isso, como Fernão de Oliveira, é cauteloso com os neologismos, recomendando, no DLNL, que sejam formados, de preferência, com base latina (p. 401):

P<Ál> – Si, porque a licença que Horácio, em a sua Árte Poética, <Horatius in arte Poetica> dá aos latinos pera compoerem vocábulos nóvos, contanto que saiam da fonte grega, éssa poderemos tómar, se ôs derivármos da latina.

Essa recomendação é coerente com a sua postura face aos arcaísmos, pois, diferentemente de Oliveira, louva-os, porque, ainda que sejam antigos, são “termos que se conformam com o latim” [...] “nam somente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam Antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa, os quáes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde náçem” (p. 402). Não obstante, na sua gramática, há apenas um exemplo de arcaísmo: o advérbio interrogativo *u* (p. 380): “O segundo *u* sêrve na composicám das dições e antigamente servia per si de avérbio locál, como quando se dizia: *U vás? u mórás? Do quál já nam usamos.*”

Coincidente, em parte, com a de Oliveira é a postura que adota quando trata o contato dos povos colonizados por Portugal com a língua portuguesa, pois entende que se deve levar a língua portuguesa a eles. Mas Barros admite explicitamente como legítima a adoção de termos das línguas desses povos, como se vê deste trecho do DLNL (p. 402):

E o sinal desta verdade, é que, nam sòmente temos vitória déstas partes, mas ainda tomámos muitos vocábulos, como podemos ver em todolos que começam em *ÁL* e em *XÁ*, e os que acabam em *Z*, os quáes sam mouriscos. E agora, da conquista de *Ásia*, tomámos *CHATINAR* por mercadejar; *BENIÁGA* por mercadoria; *LASCARIM* por homem de guerra; *ÇUMBÁIA* por mesura e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos homens que naquélas partes andáram, como o seu próprio português.

A conclusão que se infere de passagens como essa é a de que o direito ao usufruto do domínio territorial inclui o léxico da língua do povo vencido. Assim, é natural a incorporação de empréstimos de línguas dos dominados. Contudo, deixa bem claro que mais vale levar a língua portuguesa até os subjugados e tentar implantá-la, subjugando-os também lingüísticamente, que deles tomar termos. Cita, no DLNL, grandes conquistadores, como César e Carlos Magno, que mais apreciaram (p. 404):

[...] a vitória que a sua língua tinha, em ser recebida de totalas bárbaras nações, que de âs someter ao jugo do seu império. E neste cuidado fo-

Filol. lingüíst. port., n. 6, p. 297-315, 2004.

ram tam solícitos, que, andando antre os pártos e outros tam bárbaros povos, nam consentiam que falássem senám a sua língua latina, por demonstrár o império que tinham sobre todalas outras nações.

E mais adiante (p. 405):

As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três partes da térra, materiães sam, e póde-ás o tempo gástar, però nam gastarã doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses néstas térras leixárem. [...] Çérto é que nam [h]á i glória que se póssa compárar a quando os mininos etíopas, persianos, indos, d'aquém e d' além do Gange, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa arte aprenderem a nóssa linguágem [...].

Quanto ao requisito básico para esse exercício de dominação, ou seja, a excelência da língua, sua afirmação está esparsa em todo o texto do DLNL e consiste, basicamente, na proximidade em relação ao latim e na abundância de vocábulos. Veja-se o seguinte trecho (p. 400):

Çérto, a quem nam falecer matéria e engenho pera demonstrár sua tençám, em nossa linguagem nam lhe faleçerám vocábulos, porque de crer é que, se Aristóteles fora nosso naturál, nam fora buscár linguágem emprestáda pera escrever na filosofia e em todolas outras matérias de que tratou.

Qual é, portanto, o outro lingüístico para João de Barros? São as línguas dos povos dominados, pois que o latim, sendo a “mãe” do português, não lhe parece outro, é da família. Afinal, para ele, os produtos das culturas grega e romana são patrimônio de todos (p. 462):

Os Gregos e Romanos é propiadáde comum: todos podem lançar mam déla, assi pera dizer suas virtudes como seus vícios, sem por isso ser levado a juizo. E também qualquer cousa, pera ter preço antre nós, [h]á-de ser dita em grego ou latim, cá ésta magestáde tem o antigo e estrangeiro.

O DIÁLOGO EM DEFENSÃO DA LINGUA PORTUGUESA

O último pensador do século XVI de que trataremos é Gândavo, de quem comentaremos o *Dialogo em defesa da lingua portu-*

guesa. Trata-se de um diálogo entre um português, Sr. Petronio, e um castelhano, Sr. Falencio, que apresentam, cada um por sua vez, as excelências de suas respectivas línguas.

Para o castelhano Falencio, o português é língua tosca, principalmente porque:

- a) os primeiros escritores portugueses usaram vocábulos difíceis e impróprios em relação ao significado e origem;
- b) distancia-se muito do latim, enquanto o castelhano mantém-se próximo – citando como exemplo a manutenção do /l/ intervocálico latino;
- c) todas as nações do mundo “aborrecem” o português;
- d) juntou vocábulos de diversas línguas.

Observem-se os seguintes trechos:

Fal. La causa Señor Petronio de vuestra lengua ser juzgada por essa (no solo de todas las naciones del mundo, mas aun de los mismos Portugueses que la poseen) es por que en su principio como se puede ver en el language de algunas historias y chronicas antiguas de Portugal vsauan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significacion y origen (p. 45);

Fal. [...] *dezis dores*, nos *dolores*, el latin *dolores*. *dezis cores*, nos *colores*, el latin *colores* (p. 64);

Fal. [...] Y por ello os suplico me digais ya q ella es tan dilicada y excel?te como *dezis*, y tiene tãta grauedad ? su estylo: qual es la causa porque todas las naciones del mundo la aborrecen tanto, y la tienen en tan poço (p. 51-2);

Fal. [...] vinieron poco a poco appurando lo con diriuar y componer vocabulos de diuersas lenguas ayuntando los ala suya: y ansi con fauor delas agenas supplieron muchos defectos que ella en si tenia. Por dõde se no puede llamar verdadero Portugues el que agora en estos tiempos vsais, sino el antiguo que en principio se vsaua, como ya tengo dicho (p. 45-6).

Filol. lingüíst. port., n. 6, p. 297-315, 2004.

O português Petronio replica. Argumenta que vocábulos novos foram introduzidos porque necessários; discorda de que o português se tenha distanciado do latim, citando o curioso exemplo do verbo *olhar* (p. 49-50):

Petro. [...] como logo nos posso mostrar em hum nosso vocabulo que agora me lembra (allem doutros muitos que aqui não alego por escusar prolixidade) & he que dizemos *olhar* & vós *mirar*: pois se o instrumento com que vemos chamamos *olhos*, com razão dizemos *olhar* & vós chamais lhe *ojos*, & dizeis *mirar*. O qual verbo não pode ser conueniente, nem conforme a sua significação, sem dizerdes *ojar*, ou chamardes aos olhos *miros*.

Alega também que o português dispõe de vocábulos de que o castelhano carece (p. 50):

Petro. [...] E allem disso outros temos cá de que vós lá careceis, sem os quaes não podeis por nenhum modo bem explicar aquillo que elles significão, conuem a saber, dizemos *geito*, *saudade*, *lembrança*, *praguejar*, *enxergar*, *agasalhar* &c. E nos não carecemos daquelles com que vós quereis significar estes & os mais que ha.

Ressalta a facilidade que têm os portugueses de falar outras línguas, argumentando, quanto ao alegado aborrecimento dos aloglotas em relação ao português, que:

Petro. [...] A causa desse aborrecimento, & desprezo (ou por melhor dizer inueja) Senhor Falencio, naceo de ella ser em si tão difficultosa, que de marauilha vimos estrangeiro algum que a podesse bem tomar, ainda que neste reino andasse muitos annos, & trabalhasse pela emprender quanto humanamente fosse possiuel (p. 52).

Petro. [...] porque vemos por experiencia que quãto as cousas em si são melhores, & mais excellentes, tanto he mais trabalhoso & difficil ao homem alcançallas (p. 54).

Quanto à excelência, prende-se sobretudo à proximidade com o latim, enquanto o castelhano tomou muitas palavras do árabe (p. 63-4):

Petro. [...] Pois se quereis ver a lingua de que he mais vizinha, & donde manou, lede a arte da grammatica da lingua Portuguesa que o mesmo

Ioam de Barros fez, & o mesmo podeis ver no liuro da antiguidade de Euora de Mestre Andre de Resende; onde claramente se mostra, que cõ pouca corrupção deixa de ser Latina. Enfim que se algũa com razão se pode chamar barbara he a vossa, a qual toma da lingoa Arabia, & a mayor parte dos vocabulos falais do papo com aspiração [...].

Do ponto de vista que aqui nos interessa, parece que ambos concordam em um ponto importante: para o Sr. Falencio, um dos defeitos do português é que “juntou vocábulos de diversas línguas”, tanto quanto para o Sr. Petronio, um dos defeitos do castelhano é que “tomou muitas palavras do árabe”. Empréstimos lexicais são, assim, perniciosos, principalmente quando afastam as línguas de sua raiz latina.

Para Gândavo, portanto, o *outro* é, em primeiro lugar, o castelhano, mas também as línguas daqueles que “aborrecem o português”, assim como o árabe que, embora tenha conspurcado mais o castelhano, foi, infere-se, perigo potencial para o português.

BREVE CONCLUSÃO

A vertente que propomos para o tratamento do tema dos empréstimos lingüísticos no léxico de língua portuguesa dá ensejo, naturalmente, à sua exploração a partir de textos de diversos outros momentos, anteriores ou posteriores à fase que enfocamos. Posturas simpatizantes ou hostis seguramente serão encontradas, além de abordagem de questões correlatas, como a razão do prestígio ou desprestígio de determinados empréstimos, a atribuição da qualificação de arcaísmo a determinado termo ou o aprofundamento da reflexão sobre a distinção que se costuma encontrar entre os vocábulos incorporados ao nosso léxico no chamado “período formativo” e aqueles que o foram após esse período – apenas esses reconhecidos como empréstimos – ou ainda a questão referente aos “latinismos” incorporados por via erudita. No que diz respeito ao português do Brasil, há todo o acervo de base indígena e africana a ser tratado, assim como a atitude, aparentemente distinta da

atitude portuguesa, quanto aos empréstimos do inglês americano, na atualidade. Julgamos que trabalhos nessa linha possam contribuir para posturas menos apaixonadas, mais racionais e produtivas, sobretudo nestes tempos de “globalização”.

Infelizmente não dispomos de outros dados tão precisos no que se refere aos séculos que nos distanciam dos autores aqui tratados. Podemos, contudo, lembrar ações ou posturas esparsas, bastante conhecidas, é certo, mas pertinentes aqui, tentando trazer o foco para o português brasileiro da atualidade.

Em território brasileiro, o português defrontou-se com muitos *outros*, vindos da África ou autóctones. Podemos começar, portanto, refletindo sobre a atitude dos jesuítas, aliás, segundo Caminha, coincidente com a da equipe de Cabral, ao preferir aprender a língua dos seus *outros* que lhes ensinar a sua própria, opção que, sem dúvida, contribuiu para que o Brasil tivesse no seu passado a possibilidade dessa convivência lingüística.

Continuando, podemos lembrar Luis António Verney, figura relevante do panorama cultural português do século XVIII e que afetou profundamente o destino lingüístico do Brasil, já que foi o mentor da política educacional do Marquês de Pombal. Para ele, o *outro* era o latim, que ainda dominava o ensino da língua materna em Portugal. Por extensão, Verney opôs-se tenazmente ao ensino professado pelos jesuítas, preconizando o estudo dos clássicos em língua portuguesa. Em consequência dessa mentalidade, para Pombal, no Brasil, o *outro* eram as línguas indígenas, ao seu ver, defendidas pelos jesuítas e corporificadas na chamada *língua geral*.

Lembro ainda que, durante os séculos XVIII e XIX e adentrando o século XX, o *outro*, para o português, tanto d’aquém quanto d’além-mar, foi também o francês. São inúmeros, como sabemos, os depoimentos e obras existentes para combater a “galomania”.

O século XIX veio a reeditar, também, em solo brasileiro, o tema quinhentista da oposição português x latim, em termos de português brasileiro x português europeu, colocando-se à época a seguinte questão: trata-se de uma mesma entidade ou se está diante

de um *outro*? E não esqueçamos que, a partir do final do século XX, o português brasileiro é o *outro* para muitos portugueses, assustados com a invasão de brasileirismos.

Do século XX até os nossos dias, no Brasil, atualiza-se a discussão do tema: o *outro* não é mais, naturalmente, o latim; não é mais o português europeu, ou seja, não é mais a língua do colonizador do território, recente ou remoto; não são também as línguas africanas ou as línguas indígenas. Os *outros* são línguas de povos que não colonizam o território, mas, temporária ou parcialmente, ao menos, colonizam o gosto, o modo de viver. No caso do final do século XX e início do XXI, o *outro* é o inglês norte-americano, que invade nossa vida cotidiana, não só, para parafrasear Fernão de Oliveira, “trazendo a coisa e, portanto, o nome” – restrito, portanto, a objetos ou serviços materiais –, mas para afetar nosso gosto, nosso jeito de comer, de vestir, de nos divertir, etc.

Alguns, mais ingênuos ou acomodados (na melhor das hipóteses), imaginam que, pelas palavras, se igualam ao fascinante *outro*, e se entregam à profusão de estrangeirismos a que temos presenciado. Outros, os resistentes, esses mais convictos e argumentativos, posicionam-se contra, quer por serem puristas, quer por apego aos valores nacionais, desejando manter diante do estrangeiro uma postura de independência, muitas vezes irremediavelmente comprometida, uma vez que de alguns desses estrangeirismos não há como fugir. Mesmo porque, em verdade, a adoção lexical é mero reflexo da adoção acrítica de elementos culturais estrangeiros, de que as palavras são apenas a face mais visível.

Qualquer que seja a postura em relação à questão, não podemos deixar de ficar atentos a um seu contraponto: o fato de que a penetração do português como língua de comunicação, no mundo, é mínima, apesar de ser uma das línguas mais faladas como língua materna.

Para os interessados no tema, não resta dúvida de que a reflexão sobre a alteridade lingüística traz uma evidente vantagem. Afinal, quando o *outro* se nos antepõe, é que podemos, mais consistentemente, enfrentar a nossa auto-ignorância e perguntar-nos: Mas,

afinal, quem sou mesmo eu? Por outras palavras: qual é afinal este nosso português?

BIBLIOGRAFIA

- BAIÃO, A. (Ed.) (1932). *Ásia de João de Barros: primeira década*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BUESCU, M. L. C. (Ed.) (1971). *João de Barros - Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Crítica.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei n. 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.) (2001). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1981). *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Edição fac-similada da 1ª edição. Lisboa: BN.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press.
- LUCCHESI, D. (2002). A defesa da língua: contra quem e a favor do quê? *A Tarde Cultural*. Salvador: A Tarde, 20.04.2002.
- TORRES A.; ASSUNÇÃO, C. (2000). *Fernão de Oliveira - Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. Edição Crítica.
- VERDELHO, T. Um remoto convívio interlingüístico: tradição teórica e herança metalingüística latino-portuguesas. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Org.) (2001). *Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas – catálogo*. Lisboa: Ministério da Cultura.

ABSTRACT: Aiming at contributing to the collection of reliable concrete data about the issue of linguistic borrowings in the constitution of the lexicon of the portuguese language, this paper comments upon standpoints of authors who reflect on this collection focusing on neologism and archaism, borrowings being included in the latter. With brief references to authors from other times, the following works are highlighted: *Grammatica da lingoagem portuguesa (Grammar of the Portuguese language)*, by Fernão de Oliveira (1536), the pedagogical work by João de Barros (1540), and *Dialogo em defesa da lingua Portuguesa (dialog in defense of the Portuguese language)*, by Pero de Magalhães de Gândavo (1574). All the three authors are legitimate representatives, in Portugal, of the thoughts about that issue in the historical period considered. The first two authors were the first grammarians of the language.

Keywords: Diachrony of Portuguese, XVI Century, Neologism, Archaism, Borrowings.